

Idéias e prática estatal: o caso da Fundação Brasil Central

João Marcelo Ehlert Maia¹

Resumo: Uma questão comum aos estudiosos no campo da história intelectual diz respeito ao efeito das idéias sobre o mundo social. Esse trabalho procura responder a esse dilema teórico por intermédio de um estudo de caso focado na Fundação Brasil Central, órgão do Estado Novo surgido no âmbito da "Marcha para Oeste".

Palavras-chaves: Fundação Brasil Central, Marcha para Oeste, história intelectual

Abstract: A common concern for those who work on intellectual history has to do with the social effect of ideas. This paper seeks to provide an answer for this theoretical dilemma through a case study focused on Central Brazil Foundation, an Estado Novo bureau created during the process know as "March to the West".

Key-words: Central Brazil Foundation, March to the West, intellectual history.

O objeto de minha pesquisa intitulada "Os tenentes do Oeste: João Alberto, a Fundação Brasil Central e a imaginação espacial brasileira" é a Fundação Brasil Central, órgão criado pelo Estado Novo em outubro de 1943. Sustento a hipótese de que as práticas dessa agência só podem ser decodificadas se analisarmos a imaginação espacial gestada no Brasil ao longo do período republicano. Ou seja, é apenas desvendando o repertório cultural associado ao Brasil Central e produzido pelo trabalho simbólico de poetas, burocratas e geógrafos que podemos compreender as formas de territorialização do Estado impulsionadas ao longo da década de 1940. A confirmação dessa hipótese implica um conjunto de estratégias de pesquisa que combina ferramentas tanto da sociologia da cultura, quanto da história intelectual. Este exposição busca apresentar a moldura da investigação e alguns resultados.

O texto estrutura-se em três seções. Na primeira, apresento brevemente a Fundação Brasil Central, destacando sua origem e suas atribuições, bem como sua singular inscrição na malha estatal brasileira. Em seguida, elaboro uma discussão sobre o lugar da imaginação espacial no período republicano, enfatizando as ferramentas analíticas utilizadas para o estudo. Nessa seção, exponho alguns dos eixos centrais nesse repertório cultural. Finalmente, analiso algumas fontes, com o objetivo de mostrar como idéias associadas ao espaço do Brasil Central estavam imbricadas na linguagem burocrática e na própria configuração da ação

¹ Doutor em Sociologia pelo IUPERJ e professor do CPDOC. A pesquisa é financiada pelo CNPq pelo Edital Universal 2007 e conta com um bolsista de IC da FAPERJ, Rômulo da Gama Silva Felipe

estatal. Busco com isso apresentar algumas inferências que nos permitam pensar a relação entre idéias e vida social.

Um breve histórico da FBC

Criada pelo decreto 5.878 de outubro de 1943, a Fundação Brasil Central tinha como objetivo declarado “(...) desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (Meyreles, 1960: p 274). Na verdade, sua origem foi a Expedição Roncador-Xingu, criada no mesmo ano pelo então diretor da Coordenação de Mobilização Econômica João Alberto Lins de Barros². Essa Expedição, logo declarada de interesse militar pela portaria n. 5.801 de setembro de 1943, buscava estabelecer ligações aéreas e terrestres entre a cidade de Leopoldina, em Goiás, e uma base a ser construída na Serra do Roncador, mítica área que atiçava a imaginação brasileira de então.

Até ser incorporada à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) em 1967, a FBC realizou diversos empreendimentos: criou cidades, como Aragarças e Xavantina, realizou viagens de exploração por áreas até então razoavelmente desconhecidas, como o Alto Xingu, e construiu estabelecimentos comerciais e usinas de cana. Sua singular personalidade jurídica – a FBC não era uma autarquia, mas um ente de direito privado – lhe permitiu essa diversidade, mas foi ao mesmo tempo fonte de constantes irregularidades e problemas de gestão.

A Fundação inscrevia-se no âmbito da chamada Marcha para Oeste, conjunto de iniciativas promovidas pelo Estado Novo que objetivavam ampliar as fronteiras internas do país, dirigir as correntes migratórias e ocupar os espaços ditos “vazios” da Nação (Dayrell, 1974). Para alguns comentadores, a Marcha para o Oeste era a expressão de um processo autoritário de expansão da autoridade estatal, promovendo o desenvolvimento controlado do mercado capitalista (Velho, 1976). Nesse sentido, as idéias surgem nessas análises como recursos de justificação mobilizados pelos agentes que operavam o trabalho simbólico do Estado Novo, como no caso exemplar do livro de Cassiano Ricardo sobre o bandeirantismo e a Marcha, publicado em 1940.

² João Alberto Lins de Barros nasceu em 12 de junho de 1897 na cidade de Recife, numa família de 15 filhos. Em 1919 matriculou-se na Escola Militar de Realengo, epicentro da movimentação tenentista. Participou dos levantes de 22 e da Coluna Miguel Costa-Prestes. Ao contrário do colega Prestes, integrou-se à Revolução de 1930 e ocupou importantes postos, entre os quais a interventoria em São Paulo em 1931 e a chefia de polícia do DF no ano seguinte. A partir de 1935 atua como diplomata nos EUA, e posteriormente dirige a Coordenação de Mobilização Econômica, criada em setembro de 1942. Adquire amplos poderes, que serão cruciais para a operação da FBC.

Na minha pesquisa, entretanto, procuro alargar o horizonte de compreensão dessas idéias. Interessa-me, sobretudo, analisar a imaginação espacial produzida ao longo das décadas republicanas, entendendo-a como um repertório cultural que foi rotinizado ao longo dos anos 30 e 40. Essa rotinização permitiu que as imagens sobre o Oeste e o Brasil Central fossem circuladas e disseminadas, atingindo os personagens e as redes burocráticas que iriam operar a FBC. Nesse sentido, sustento a hipótese de que as principais idéias contidas nesse repertório permitiram a própria formatação da ação estatal. Ou seja, a FBC impulsionava um processo de territorialização estatal sobre um espaço que foi ativado pelo próprio trabalho simbólico.

A análise do repertório cultural produzido sobre o Oeste e o Brasil Central implica o reconhecimento de variadas fontes para o estudo das idéias, tais como obras menores, artigos em periódicos, conferências e livros escolares. Não basta, portanto, centrar foco na obra de Cassiano Ricardo. Há que se incluir no desenho da investigação, por exemplo, a literatura geográfica que discutia a redivisão territorial do país. O pensamento geopolítico brasileiro, representado principalmente por Everardo Backheuser e Mário Travassos, também é fundamental para a disseminação de categorias e esquemas cognitivos (penso aqui no conceito de *schemata*, consagrado por Gombrich) sobre o território nacional. Na própria produção literária encontram-se obras relevantes para a fixação do espaço do Brasil Central, como o romance de Plínio Salgado *A Voz do Oeste* (Salgado, 1934).

Assim, procuro não apenas analisar os textos, mas fixar a circulação das edições e a inscrição social dos produtores, pois idéias não são abstrações que pairam de forma etérea, mas circulam materialmente por intermédio de livros e outros suportes. Traço também uma classificação embrionária dessas diversas formas de trabalho simbólico, baseada provisoriamente nas seguintes categorias: a) relatos clássicos de viagens ao Brasil Central, alguns dos quais seriam reeditados no âmbito da Brasileira. É o caso de *Viagem ao Araguaia*, de Couto de Magalhães (Couto de Magalhães, 1957), publicado inicialmente em 1863 e transformado no volume 28 da famosa coleção; b) relatórios produzidos a partir da viagem de comissões científicas às regiões centrais, como os referentes à Comissão Cruls e às expedições chefiadas por Rondon; c) livros de temas geográficos ou geopolíticos, como os de Backheuser e Travassos; d) ensaios geopolíticos publicados em revistas geográficas que circulavam entre a intelligentsia estado-novista; e) produções poéticas e literárias que disseminavam visões sobre o Oeste e o Brasil Central, como o já citado livro de Plínio Salgado.

Num segundo momento, busco analisar os principais eixos temáticos que estruturam essa produção textual. Afinal, que espaço é esse que estava sendo instituído pelo trabalho simbólico de geógrafos, escritores, viajantes e outros intelectuais? A primeira referência clássica, que surge na documentação como uma obra quase obrigatória, é o relato de viagem de Couto de Magalhães. Em outra ocasião, analisei a economia interna desse famoso texto (Maia, 2007). Destaque-se a combinação entre um registro narrativo romântico, que projeta a dinâmica subjetiva do autor às grandes paisagens vislumbradas, e um olhar racionalista, que vê o território sob a lógica da produtividade econômica. O Araguaia descrito por Couto é tanto uma paisagem ameaçadora e misteriosa, quanto um espaço a ser dinamizado pelo transporte fluvial. Essa ambivalência será uma nota constante para futuros entusiastas da colonização da região.

No caso da produção geopolítica, que começa a circular nos anos de 1930, a obra de Backheuser intitulada *Problemas do Brasil (Estruturas geopolíticas): o “Espaço”* (Backheuser, 1933) é exemplar. Percebe-se nesse texto uma concepção do Brasil como um território inorgânico, marcado pelas assimetrias advindas de sua origem colonial e de sua condição periférica. Composto de textos escritos para jornais e revistas ou pronunciados em conferências, o livro parte do diagnóstico do espontaneísmo que teria marcado nossa colonização para preconizar o planejamento racional do território nacional. Essa visão que atribui ao Estado um poder demiúrgico para organizar o espaço era frequente nas discussões feitas em publicações que circulavam no âmbito da produção cultural estado-novista, como a “Revista Brasileira de Geografia”, o “Boletim Geográfico” e a “Cultura Política”.

Por que a obra de Backheuser está sendo tratada como um marco? Porque seu autor teve uma trajetória destacada, que lhe possibilitou uma circulação ampla entre os espaços de produção e disseminação cultural. Sendo tido como um dos “renovadores” da geografia, Backheuser foi professor da Politécnica, diretor da Associação Brasileira de Educação e um dos divulgadores da geopolítica de Ratzel (Anselmo, 2000). Num ambiente ainda pouco marcado pela especialização universitária, compêndios escolares como os que ele organizava eram veículos por excelência para a disseminação de suas idéias. Miyamoto (1995), especialista na história da geopolítica no Brasil, elenca Backheuser entre os principais divulgadores desse corpo de idéias ao longo da década de 1930.

Mas a linguagem geopolítica não era a única a instituir o Brasil Central como objeto. Outro eixo da literatura analisada refere-se à produção mais propriamente literária ou até ensaística. Veja-se o caso de *A Voz do Oeste*, editado pela José Olympio um ano após a publicação do livro de Backheuser. Esse auto-intitulado “romance-poema da época das

bandeiras” narra a saga sertanista de Gonçalo, Martinho e Antônio, personagens que retratam portugueses, mamelucos e indígenas, em direção a um “Oeste” mitificado. Esse espaço é figurado como uma espécie de destino cósmico dos brasileiros, força viva que motiva os homens a um constante deslocamento. Juntando messianismo sebastianista e lendas indígenas, Salgado produz uma interpretação sobre os espaços interiores do Brasil que não apenas consagra o bandeirantismo – tema já bem conhecido da historiografia contemporânea – como também fixa na forma literária as qualidades utópicas associadas ao Oeste. Se na linguagem geopolítica os territórios centrais e orientais do país seriam marcados pela fragmentação e pela sua condição “vazia”, na dicção literária exemplificada pela obra de Salgado o Oeste assume conotação poética associada ao futuro do Brasil.

Note-se que ambas as perspectivas podem se fundir, como no caso da obra de Nelson Werneck Sodré *Oeste (ensaio sobre a grande propriedade pastoril)* (Sodré, 1941). Nesse livro, Sodré articula uma forte crítica ao predomínio do latifúndio, que produziria uma economia pobre e uma vida social marcada pela dependência, a uma visão algo poética dos movimentos dos homens pelo Pantanal e pelos sertões interiores do Brasil. Ao traçar a genealogia das grandes famílias criadoras que colonizaram o Planalto, Sodré associa seu nomadismo à própria configuração fluvial da região. Assim, transfigura esse nomadismo numa espécie de condição existencial dos homens no Oeste, retomando o tema de Salgado e associando-o a um ensaio crítico mais amplo sobre a necessidade de se reformar os quadros geográficos e econômicos da região. Como se vê, o repertório cultural associado às regiões centrais do Brasil não comportava significado unívoco.

Mas como essas múltiplas imagens espaciais vão se imbricar na prática estatal? O trabalho documental da pesquisa procura analisar as fontes disponíveis em busca não apenas da persistência de categorias e modos de classificação, mas também de indicadores da própria configuração da territorialização. A seguir dou alguns breves exemplos disso.

O primeiro ponto que gostaria de destacar diz respeito à própria definição dos limites do espaço do Brasil Central. No decreto de criação da FBC, a região a ser colonizada era descrita a partir dos rios Xingu e Araguaia, englobando também o Brasil Central e Oriental. Essa imprecisão refletia os próprios debates em torno da redivisão territorial do país. Uma das propostas mais famosas, do geógrafo Delgado de Carvalho, foi publicada num compêndio de 1913 e associava o Brasil Central aos estados de Mato Grosso e Goiás. O livro de Werneck Sodré, por sua vez, tratava do “Oeste” para discorrer sobre a região pantaneira, englobando também os caminhos do rio Paraná e pedaços do Planalto brasileiro. Como se percebe, a fluidez de limites presente no decreto expressava as próprias indefinições contidas no

repertório cultural pré-existente. Numa revista de propaganda oficial da FBC é possível ler uma entrevista do próprio João Alberto em que ele dá a seguinte definição:

Não podemos dar informações muito detalhada sobre a natureza do solo das cabeceiras do Xingu e do Tapajós. Aí se encontra a grande área desconhecida que constitui o objeto primordial dos trabalhos da Fundação, extensão de terra de mais de 500000 quilômetros quadrados, que representa talvez a maior área desconhecida do globo. Sobre tão vasto território descansam os limites da Fundação Brasil Central, cuja extensão não se acha ainda claramente estabelecida (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, caixa 16, pasta 2, Revista Fundação Brasil Central n.3, p. 10-11)

Em outro documento, escrito pelo então secretário-geral Artur Hehl Neiva em inglês, provavelmente com o objetivo de angariar parcerias e recursos norte-americanos para a empreitada, o próprio afirma: “The domain of the Foundation is indefinite in área, the Law providing only that its activities shall be undertaken in central and western Brazil. This area comprises over two million square miles.” (CPDOC, Fundo Artur Hehl Neiva, AHN 44.01.20 ap: p. 2).

É possível inferir dessas fontes que o Brasil Central seria na verdade produzido a partir da própria ação estatal de controle sobre o território. Essa questão nos remete a outro aspecto que evidencia a conexão entre o repertório cultural e as práticas do Estado e de seus agentes. Refiro-me às qualidades associadas a esse território fluido.

A literatura geopolítica pensava os espaços brasileiros como vazios inorgânicos, cujos habitantes seriam marcados principalmente pela condição de nomadismo. Do mesmo modo, suas atividades econômicas seriam tidas como precárias e instáveis. Ou seja, partia-se do diagnóstico de uma vida social fluida e escassa. Contudo, outros textos relevantes para a instituição do Brasil Central enfatizavam sua potencialidade futura, como se aquele espaço estivesse destinado a realizar uma vocação inata da civilização brasileira. Essas duas perspectivas se imiscuíram na linguagem dos funcionários que operavam a Fundação, como se pode ver na própria entrevista de João Alberto já mencionada:

Retomando, porém, o fio de nossa conversa sobre o garimpeiro, devo dizer que ele é essencialmente nômade. Abandona a terra de origem, a casa de morada e até a própria família, quando não carrega tudo, mulher e filhos para o que o ajudem na garimpagem, e emigra, na ânsia de fazer fortuna. Todos trazem na imaginação o sonho de encontrar, um dia, uma pedra grande, um diamante de muitos quilates, que lhes dê fortuna e independência. E passam a vida correndo atrás dessa fantasia. A pedra grande é como o pássaro azul, que nunca aparece (Arquivo Nacional Rio de Janeiro, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, caixa 16, pasta 2, Revista da Fundação Brasil Central n.3, pp.8-9)

Na mesma entrevista, ao discorrer sobre a cidade de Aragarças, que seria construída pela Fundação na junção do Rio das Garças e do Araguaia, João Alberto retoma o tema da vocação mítica da região na produção de um futuro utópico da civilização brasileira ao dizer:

O rincão longínquo que só interessava ao gentio e ao explorador audacioso pelas gemas e minérios preciosos guardados dentro de suas entranhas ou no fundo dos grandes rios, começa a despertar do sono letárgico e milenar, para ressurgir transformado na terra dadivosa de que nos fala Pero Vaz Caminha (id, ibid: p.3).

O Araguaia, aliás, é o grande eixo estruturador da imaginação sobre a região. A obra de Couto de Magalhães oferecia o modelo de cognição que transformava o mundo produzido pela via fluvial como o grande eixo estruturador do território. São constantes na documentação analisada as referências explícitas à obra de Couto, tida como “visionária” ao apontar para o transporte no Araguaia e sua possibilidade de integração nacional.

Finalmente, é possível apontar outro motivo recorrente: o olhar colonial que marcava a perspectiva da ação estatal. Na literatura geopolítica brasileira, o tema do espaço vital foi associado não às fronteiras externas, mas aos próprios espaços internos do país. Assim, obras como a de Backheuser consagravam uma perspectiva que associava a construção final do Estado a um processo de “caminhar para dentro”. Esse tema é recorrente na documentação analisada, organizando não apenas categorias e imagens, como também dando vazão a práticas de controle que ensejavam numerosos conflitos.

Talvez nenhuma fonte seja mais expressiva dessa perspectiva do que o documento reservado escrito pelo secretário-geral da Coordenação de Mobilização Econômica, Artur Hehl Neiva, para João Alberto, em que encaminhava o anteprojeto da FBC. Na justificativa para o empreendimento, Neiva afirma:

Primeiramente, devo ressaltar a excepcional dificuldade do trabalho, pois não existe, em nossa história, paralelo em que se pudesse basear para a fim de fazer obra satisfatória. Isto se deve, excepcionalmente, a situação *sui generis* do problema, que só foi resolvido com toda sua plenitude em outros países, colonizadores, como a Holanda do século XVI e XVII, com as suas Companhias das Índias Orientais e Ocidentais, as Royal Chartered Companies inglesas do tempo dos Tudor e dos Stuarts, entre elas a Hudson Bay Company, e finalmente as grandes companhias colonizadoras francesas do século XVIII, das quais pode ser tomada como paradigma a da Lousiana. Os fins dessas Companhias eram os mesmos a que se propõe a Fundação. (Arquivo Nacional de Brasília, arquivo Fundação Brasil Central, caixa 41, dossiê “Estatuto. Projeto dos estatutos da FBC elaborado por FONTEC-RJ 1943-1946”).

A despeito de Neiva reconhecer no texto a singularidade das condições constitucionais e políticas do século XX, a explícita filiação colonial já deveria nos chamar a atenção. Esse

olhar originou problemas com cessão de terras e situações de confronto aberto com as populações dos “espaços vazios”. Um caso exemplar é o que se relaciona às atividades da Estrada de Ferro Tocantins, financiada pelo Ministério de Viação, mas cujo controle e direção haviam sido passada à FBC.

A documentação analisada expõe um histórico de conflitos e disputas entre representantes da FBC e as autoridades locais e população de Tucuruí (PA) (Arquivo Nacional de Brasília, arquivo Fundação Brasil Central, caixa 55, dossiê “Estrada de Ferro Tocantins código – 945.2 1947”). Em ofício de 24 de maio de 1946, o então diretor da E.F Tocantins expõe ao comandante do setor Norte da FBC os problemas produzidos pela administração despótica do engenheiro Raul Lambert. Argumenta que este tinha poderes que excediam em muito as atribuições de uma companhia de transportes. Um documento produzido na forma de depoimento policial apresenta até mesmo uma acusação de estupro contra Lambert. Além disso, ressalte-se o ofício que sacramenta um acordo feito entre representantes do poder local e funcionários da FBC, no qual são expostos os problemas em torno da exploração de um castanhal nas áreas onde a Fundação geria a Estrada.

É claro que é possível atribuir esse vendaval de acusações ao desconforto dos políticos locais com a presença de outros representantes públicos que desafiavam suas autoridades tradicionais. Entretanto, seria possível citar outros casos encontrados na própria documentação da FBC, como os que se referem a litígios em torno da propriedade de terras que seriam “cedidas” à Fundação. Nesse caso, foi possível localizar conflitos não só com pessoas físicas – como pequenos proprietários –, como até mesmo com escolas e outras instituições das regiões.

Atualmente, a pesquisa ainda está em andamento. Ainda me aguardam mais de cinquenta caixas de documentos da FBC, além de variadas obras geográficas ou literárias que surgem nas bibliografias de alguns relatórios. Só com esses procedimentos será possível fechar o circuito de disseminação de idéias, ponto central para o projeto. Espero, ao menos, ter apresentando alguns dados substantivos sobre a territorialização do Estado no Brasil e o repertório cultural associado a esse processo.

Bibliografia:

ANSELMO, Rita de Cássia M. de S. “Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira: Everardo Adolpho Backheuser”. Tese de doutorado junto ao programa de pós-graduação em Geografia. Rio Claro (IGCE-Cp de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista), 2000.

BACKHEUSER, Everardo. *Problemas do Brasil (estrutura Geopolítica): O “Espaço”*. Rio de Janeiro: Ed. Omnia, 1933.

BOTELHO, A.; VILLAS-BOAS, G.; LAHUERTA, M. “Introdução”. In *Cadernos CRH*, vol.18, n.44, p. 193-195, maio-agosto de 2005.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Viagem ao Araguaya*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1863] 1957.

DAYRREL, E. Garcindo. “Colônia Agrícola Nacional de Goiás: Análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste”. Dissertação apresentada ao Departamento de Didática da Fac. De Educação da Universidade Federal de Goiás, 1974

MAIA, João Marcelo E. “Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes”. In *Estudos Históricos*, n.40, p.3-23, julho-dezembro de 2007.

MEIRELES, Silo. *Brasil Central: notas e impressões*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.

SALGADO, Plínio. *A Voz do Oeste (romance-poema da época das bandeiras)*. Livraria José Olympio: Rio, 1934.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento)*. São Paulo: DIFEL, 1976.